

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

CPR 06/2025

Data

07/03/2025

Assunto: Procedimento de *Consulta Prévia* para **Aquisição de brindes para a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica** // Convite para apresentação de proposta, no âmbito do procedimento de *Consulta Prévia*, com realização de convite a 3 (três) entidades (artigos 112.º e segs. do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual).

Pelo presente, a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica Pavilhão do Conhecimento – Centro Ciência Viva, convida V. Exas. a apresentar uma proposta para a celebração de contrato, nos termos melhor descritos no Caderno de Encargos, em anexo ao presente Convite, de onde constam os Parâmetros Base, Termos, Condições e Especificações Técnicas obrigatoriamente requeridas para o contrato a celebrar.

Indicam-se infra os trâmites, bem como outros elementos, que, nos termos do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), terão que ser observados no presente procedimento.

Com os melhores cumprimentos,

Susana Ferreira

Direção

I – Objeto Contratual:

1. O contrato a outorgar na sequência do presente procedimento, tem por objeto a aquisição, pelo Contraente Público, ao Cocontratante, de **brindes**, nos termos melhor definidos na Cláusulas do Caderno de Encargos.
2. A presente aquisição tem a Classificação CPV [Vocabulário Comum para os Contratos Públicos aprovado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28/11/2007] – Vocabulário Principal: **18530000-3 – Prendas e brindes**.

II - Entidade adjudicante:

Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica:

- a) Endereço: Largo José Mariano Gago n.º 1, 1990-073 Lisboa;
- b) Contacto telefónico: (+351) 21 898 50 20;
- c) E-mail: compras@cienciaviva.pt;
- d) Horário de funcionamento: Dias úteis, das 9.00 horas às 12.30 horas e das 14.00 horas às 18.00 horas.

III - Órgão que tomou a decisão de contratar:

A decisão de contratar foi tomada pela Dra. Susana Ferreira, Vogal da Direção da Ciência Viva, no dia 07/03/2025, ao abrigo de competências delegadas, mediante Deliberação de Delegação de Competências da Direção de 02/12/2021, registada no Livro de Atas com o n.º 213.

IV – Fundamento da escolha do procedimento

O presente procedimento de consulta prévia é adotado ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

V - Agrupamentos

Nos termos do n.º 2 do artigo 117.º do CCP, as entidades convidadas a apresentar proposta não podem integrar um agrupamento de concorrentes.

VI – Tramitação, consulta e obtenção das peças do procedimento:

1. As peças que constituem o presente procedimento, serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública, utilizada pela Entidade Adjudicante, com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt/>, através da qual se realizarão todas as comunicações, notificações e participações procedimentais.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar, nos termos supra indicados, a consulta e o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta e demais comunicações a realizar no âmbito do presente procedimento.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o processo de consulta prévia encontra-se patente nas instalações referidas no ponto II, onde pode ser consultado, durante as horas de expediente (das 9h00m às 12h00m e das 14h00m às 18h), até ao termo do prazo para apresentação de propostas.
4. Nos termos do artigo 54.º do Código do Procedimento Administrativo, aplicável subsidiariamente à tramitação dos procedimentos nos termos do Código dos Contratos Públicos, a língua oficial de tramitação do procedimento é a língua portuguesa.

VII – Prazo para apresentação da proposta:

1. A proposta, bem como os documentos que a acompanham, deve ser submetida na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/> até às 23h59m do **4.º (quarto) dia corrido**, a contar da data do envio do presente Convite.
2. Não são admitidas propostas submetidas posteriormente ao termo do prazo fixado no n.º anterior, sendo as mesmas, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, objeto de exclusão.
3. O prazo fixado para apresentação de propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e feriados.

4. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 64.º do CCP, a pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação de propostas, poderá ser, ser prorrogado, pela Entidade Adjudicante, pelo período considerado adequado.

VIII – Impedimentos:

1. Não podem ser concorrentes as entidades face às quais se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP.
2. A ocorrência de qualquer dos impedimentos referidos no número anterior implica a exclusão do concorrente, seja qual for a fase em que o procedimento de formação do contrato se encontre, salvo se se verificar a situação prevista no artigo 55.º-A do CCP e a entidade adjudicante tomar a decisão de relevar o impedimento.

IX - Esclarecimentos e Retificações / Erros e Omissões:

1. Conforme disposto no n.º 1 do artigo 50.º do CCP, os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados por escrito ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.
2. No prazo referido no número anterior, devem ainda as entidades convidadas apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados pelas entidades convidadas, bem como pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar, no mesmo prazo previsto no n.º 3, ou até ao final do prazo para apresentação de propostas, devendo nesse caso atender-se ao disposto no artigo 64º do CCP, proceder

oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, assim como prestar quaisquer esclarecimentos.

5. Sendo o prazo para apresentação da proposta inferior a 9 (nove) dias, podem os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento ser prestados, por escrito, e as retificações às mesmas efetuadas, nos termos conjugados do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP e do artigo 116.º do mesmo diploma legal, pelos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da Ciência Viva, até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
6. Cumprindo com o disposto no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados nos termos e no prazo fixado no número anterior, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

X - Documentos que constituem a Proposta e modo de apresentação (Artigo 57.º do CCP):

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. O concorrente poderá apresentar proposta para um, parte ou todos os lotes objecto do procedimento. No entanto, deverá apresentar proposta para todos os itens que compõem cada lote a que apresente proposta, sob pena de exclusão.
3. A proposta, nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes elementos, os quais, à exceção da Certidão Permanente, devem ser assinados pelo concorrente ou pelo representante com poderes para o obrigar:
 - a) Declaração, de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, conforme modelo constante do Anexo I ao CCP, que se disponibiliza como **Anexo I** ao presente Convite;

- b) Documento que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução constantes no Caderno de Encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar, conforme modelo constante no **Anexo II** do presente documento, mediante preenchimento da totalidade dos atributos relativos ao lote ou lotes a que apresente proposta;
- c) Certidão da Conservatória do Registo Comercial (Certidão Permanente) atualizada, na qual devem estar identificados os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou indicação de código de consulta da certidão permanente online ou, ainda, documento equivalente onde constem os representantes legais da empresa com poderes para obrigar.
4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
6. As propostas deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica utilizada pela Ciência Viva – ANCCT <https://www.acingov.pt> , nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP e na Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
7. Todos os documentos que instruem a proposta deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
8. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, indicando a qualidade em que assina, bem como os documentos comprovativos dessa qualidade e poderes para o ato. Os documentos podem também ser assinados por procurador, devendo, neste caso, juntar-se procuração que confira a este último poderes para o efeito ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
9. Com exceção dos documentos facultativos, que poderão ser redigidos em língua portuguesa, inglesa, francesa ou castelhano, sem necessidade de tradução e os

documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, devem ser apresentados em formato PDF, ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

XI – Propostas variantes e negociação

1. Não são admissíveis a apresentação de propostas variantes, condicionadas ou com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento não prevê uma fase de negociação de propostas

XII – Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias a contar da data do termo do prazo fixado para apresentação das mesmas (artigo 65.º do CCP).

XIII – Júri e Abertura das Propostas

1. Nos termos do n.º 3 do artigo 67.º, o presente procedimento será conduzido pelos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da Ciência Viva- ANCCT, considerando-se efetuadas a este as referências feitas, neste mesmo procedimento, ao Júri.
2. A abertura da proposta, por parte dos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da entidade adjudicante, ocorrerá no dia útil imediatamente seguinte ao termo fixado para a apresentação da proposta.

XIV - Esclarecimentos sobre a proposta e suprimento de irregularidades:

1. Em conformidade com os termos melhor definidos no artigo 72.º do CCP, poderão ser solicitados ao concorrente, se considerados necessários para efeito da análise e avaliação da proposta, quaisquer esclarecimentos sobre essa mesma proposta.
2. Os esclarecimentos prestados pelo concorrente fazem parte integrante da proposta, desde que:
 - a) Não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem;

- b) Não alterem ou completem os respetivos atributos;
 - c) Não visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O Júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 2 (dois) dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais da sua proposta que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo, e não desrespeite o princípio da concorrência e igualdade de tratamento, designadamente nos casos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 3 do artigo 72º do CCP.

XV- Análise das Propostas/Relatório Preliminar

1. Na análise das propostas, por parte dos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da Ciência Viva-ANCCT, serão tidos em consideração apenas os documentos exigidos no presente Convite, pelo que os demais documentos apresentados pelo concorrente não serão objeto de apreciação, prevalecendo para o efeito o estipulado no Caderno de Encargos e Convite.
2. Sem prejuízo da possibilidade de convite à melhoria da proposta ou, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 72.º do CCP, de pedido de esclarecimentos ou de suprimento de irregularidades da mesma, será excluída a proposta cuja análise revele a ocorrência de algum dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do CCP
3. Após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, será elaborado pelo júri, um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas.
4. No relatório preliminar, o júri propõe também a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146º do CCP.

XVI- Audiência Prévia e Relatório Final

1. O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado o prazo de 3 (três) dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 123.º do CCP.
2. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera as observações formuladas e elabora o relatório final de avaliação das

propostas, que submete à apreciação e decisão da Direção da Ciência Viva, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar, juntamente com os demais documentos do procedimento.

3. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

XVII- Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada, relativamente a todos os lotes, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, do mais baixo preço total por lote.
2. Decorrente do disposto no número anterior e no cumprimento da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, será excluída a proposta cuja análise revele um preço contratual superior ao preço base por lote.
3. Em caso de empate das propostas, o desempate far-se-á através da proposta que apresentar menor prazo de entrega dos bens, por lote, considerando o prazo máximo de entrega identificado na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos, i.e., 15 (quinze) dias após a requisição por parte do Contraente Público.
4. Subsistindo o empate, o desempate será efetuado por meio de sorteio, realizado pelos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da Ciência Viva na presença de um representante de cada um dos concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, do qual será lavrada a respetiva ata, nos termos seguintes:
 - 3.1. A não comparência ou a recusa de algum dos concorrentes em participar no sorteio não invalida a realização do mesmo, sendo a operação de sorteio realizada pelo Presidente do Júri.
 - 3.2. A cada concorrente será atribuído um número correspondente à ordem de entrada da sua proposta indicado na lista de concorrentes.
 - 3.3. Serão colocadas numa urna as bolas com os números dos concorrentes.

- 3.4. Através do critério da maior pontuação obtida pelos concorrentes mediante lances de dados, determinar-se-á a ordem pela qual os concorrentes retirarão a bola da urna.
- 3.5. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em 1.º lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola extraída em 1.º lugar e assim sucessivamente.

XVIII- Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta

1. Quando tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da Ciência Viva pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. No caso previsto no número anterior, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

XIX- Causas de não adjudicação

Não haverá lugar à adjudicação, nos termos e circunstâncias previstas nos artigos 79.º e seguintes do CCP.

XX –Notificação do Despacho de Adjudicação:

1. Recebido o Projeto da Decisão de Adjudicação proposto pela Unidade Financeira – Contratação Pública, a Direção da Ciência Viva- ANCCT deliberará sobre a decisão de adjudicação, a qual será notificada aos concorrentes, através da plataforma eletrónica de contratação pública, utilizada pela Entidade Adjudicante.
2. O Despacho de Adjudicação previsto no artigo 77.º do CCP, é notificado aos concorrentes, até ao termo do prazo de obrigação de manutenção das propostas.
3. Juntamente com o Despacho de Adjudicação, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar deve notificar o Adjudicatário para, designadamente:

- a) Apresentar os Documentos de Habilitação exigidos no ponto seguinte e no artigo 81.º do CCP;
- b) Aprovar a minuta de contrato, nos termos do artigo 101º do CCP, se aplicável;

XXI - Documentos de Habilitação a apresentar pelo adjudicatário:

1. Conforme disposto no artigo 115.º, n.º 1 alínea j), o prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação fixa-se em 2 (dois) dias úteis a contar da comunicação da Adjudicação, devendo o adjudicatário apresentar na plataforma acinGov, reprodução dos seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme Modelo Anexo II ao CCP e que se disponibiliza como Anexo III ao presente Convite, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou pelo representante com poderes para o obrigar;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, designadamente:
 - i. Certidão comprovativa da situação contributiva da empresa regularizada relativamente a Impostos devidos em Portugal;
 - ii. Certidão comprovativa da situação contributiva da empresa regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;
 - iii. Certificado de Registo Criminal da pessoa coletiva adjudicatária;
 - iv. Certificados de Registo Criminal dos titulares dos órgãos de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, comprovativos de que os mesmos não se encontram na situação prevista nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - v. Comprovativo da realização do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto no artigo 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
2. Todos os Documentos de Habilitação serão redigidos em língua portuguesa ou não o sendo, deverão os mesmos ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

3. O Adjudicatário deverá apresentar a reprodução dos Documentos de Habilitação, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao Adjudicatário, ainda que tal não conste do convite do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
5. Sempre que, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, designadamente a não apresentação integral e tempestiva dos Documentos de Habilitação, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar deve notificar o Adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de Audiência Prévia.
6. Quando as situações previstas no n.º anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar deve conceder-lhe, nos termos do n.º 3 do art.º 86.º do CCP, em função das razões invocadas (v.g. *Justo Impedimento*), um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
7. Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do art.º 85.º do CCP, o adjudicatário pode solicitar, fundamentadamente, por uma única vez, à Direção da Ciência Viva, Órgão Competente para a Decisão de Contratar, a prorrogação do prazo fixado no n.º 1, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
8. Nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 81.º do CCP, na eventualidade de o adjudicatário se encontrar registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, considera-se aquele dispensado da apresentação dos Documentos de Habilitação acima previstos.

XXII – Caução:

Atendendo ao valor máximo do preço contratual, não é exigida a prestação de caução, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º do CCP.

XXIII – Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação

Em conformidade com o disposto no art.º 85.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o concorrente da tempestiva e integral apresentação dos Documentos de Habilitação exigidos no ponto XXI deste Convite, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

XXIV – Redução do Contrato a Escrito

1. Os contratos serão reduzidos a escrito nos termos do artigo 94.º do CCP, podendo ser agrupados mais do que um lote no mesmo clausulado, no caso de um concorrente ser o adjudicatário desses lotes.
2. A redução a escrito do contrato não é aplicável aos contratos cujo preço contratual seja inferior a 10.000,00€, nos termos da al. a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, sendo os mesmos compostos pelos elementos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP.
3. O clausulado dos contratos reduzidos a escrito terá suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

XXV – Aprovação da minuta e outorga de contrato

1. Quando o contrato for reduzido a escrito, a minuta de contrato é aprovada pela Direção da Ciência Viva, sendo a mesma notificada ao Adjudicatário, em simultâneo com a decisão de adjudicação, para efeitos de aprovação da mesma, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.
2. Quando aplicável, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas e celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação da mesma, mas nunca antes de serem apresentados todos os documentos de habilitação exigidos.

3. A Ciência Viva-ANCCT comunica ao adjudicatário via plataforma acinGov para proceder à outorga e remessa do contrato, assinado mediante aposição de assinatura eletrónica qualificada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
4. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

XXVI - Falsidade de documentos e declarações:

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

XXVII - Lei aplicável

Em tudo o que não se encontre previsto nas peças do procedimento aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação vigente, à data do início do procedimento, e legislação complementar.

Anexos:

- **Anexo I** - Modelo de Declaração - (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- **Anexo II** - Modelo de Proposta
- **Anexo III** – Modelo de Declaração Adjudicatário (art.º 81.º do CCP)”;

Anexo I

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - (nome, n.º de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, n.º de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que juntam em anexo (3):

a)

b)

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ... (data), [assinatura (4)]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Anexo II

Modelo de proposta

(a que se refere a alínea b) do n.º 3 do Ponto X do Convite)

_____ (nome do Concorrente), com sede em _____, pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social de _____, representado(a) pelos Senhores _____ e _____, na qualidade respetivamente de _____ e _____, vem, no âmbito da “Consulta Prévia para aquisição de brindes” promovido pela Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, apresentar proposta, para o(s) lote(s) ____ (Indicar nº do lote ou lotes a que apresenta proposta) obrigando-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, pelos preços contratuais unitários, preço total e prazo de entrega, por lote, infra indicados.

Em sede de execução contratual aplicará as seguintes condições técnicas e financeiras:

Lote 1 – Fornecimento de brindes para o ESERO PORTUGAL

Designação	Impressão	Preço Unitário sem IVA	Quantidade	Total P.U. x Quantidade	Prazo de entrega em dias de calendário
T-Shirt azul cyan em 100% algodão de 150grs, Tamanho S,M,L,XL. Decote redondo duplo	1 cor x 1 posição A5	€	500	€	
Lanyard em poliéster com mosquetão de metal, Com aproximadamente 90 cm é impressa em sublimação a cores para todos os desenhos e em qualidade fotográfica; são impressas em ambos os lados.	Full color	€	1000	€	
Lápis infinito fabricado em cartão reciclado. Reutilizável e com escrita infinita	1 cor x 1 posição	€	2000	€	
Boné preto com rebordo branco. Fabricado em macio algodão 100%, com orifícios de ventilação bordados. Com fecho traseiro de fivela metálica ajustável na parte de trás. Cor: Preto.	1 cor x 1 posição	€	500	€	
Pin em metal esmaltado recortado 30x12mm	1 cor x 1 posição	€	500	€	
Lanyard de 1 metro com sublimação de design colorido. Este lanyard inclui impressão colorida num lado, enquanto o verso tem uma impressão de fita métrica (amarela, azul ou brnaca). O lanyard inclui um gancho de metal e pode segurar um cartão com nome, cartão de identificação ou chaves. Poliéster.	Full color 2 faces	€	625	€	

(continua)

(continuação)

Designação	Impressão	Preço Unitário sem IVA	Quantidade	Total P.U. x Quantidade	Prazo de entrega em dias de calendário
Autocolante com laminação a brilho 50x80mm	2 cores	€	1000	€	
Pulseira de Cetim	Full color x 1 posição	€	500	€	
Bloco cosido na lombada A5 (costura singer com 60 folhas impressas 1 cor (bullet point + logo), capa e contracapa 474, papel couché 320gr rugoso)	Full color 2 faces	€	500	€	
Bloco cosido na lombada A6 (costura singer com 60 folhas impressas 1 cor (bullet point + logo), capa e contracapa 474, papel couché 320gr rugoso)	Full color 2 faces	€	500	€	
Valor Total do Lote 1		€			
(valor total do Lote 1 por extenso)					

Aos preços acima indicados, acresce IVA à taxa legal em vigor de __%.

Lote 2 – Fornecimento de brindes para os eventos internos da Programação

Designação	Impressão	Preço Unitário sem IVA	Quantidade	Total P.U. x Quantidade	Prazo de entrega em dias de calendário
T-Shirt azul cyan em 100% algodão de 150grs, Tamanho S,M,L,XL. Decote redondo duplo	1 cor x 1 posição	€	1000	€	
Lanyard em poliéster com mosquetão de metal, Com aproximadamente 90 cm é impressa em sublimação a cores para todos os desenhos e em qualidade fotográfica; são impressas em ambos os lados.	1 cor	€	3000	€	
Lápis infinito fabricado em cartão reciclado. Reutilizável e com escrita infinita	1 cor x 1 posição	€	2000	€	
Boné preto com rebordo branco. Fabricado em macio algodão 100%, com orifícios de ventilação bordados. Com fecho traseiro de fivela metálica ajustável na parte de trás. Cor: Preto.	1 cor x 1 posição	€	1000	€	
Valor Total do Lote 2		€			
(valor total do Lote 2 por extenso)					

Aos preços acima indicados, acresce IVA à taxa legal em vigor de __%.

Lote 3– Fornecimento de brindes para o Fórum Clubes Ciência Viva

Designação	Impressão	Preço Unitário sem IVA	Quantidade	Total P.U. x Quantidade	Prazo de entrega em dias de calendário
Lanyard em poliéster com mosquetão de metal, Com aproximadamente 90 cm é impressa em sublimação a cores para todos os desenhos e em qualidade fotográfica; são impressas em ambos os lados.	2 faces 1 cor	€	3000	€	
Badge A6 com furo (4/1) em cartolina trucard duo 400grs Personalização: de acordo com a arte final enviada (1 face full color)	1 face – Full color	€	3000	€	
Saco 100% algodão (140 g/m²) com alças de 60 cm. Medida> 380 x 420 mm	1 face 1 cor	€	3000	€	
Garrafa em alumínio com acabamento mate e mosquetão para facilitar o transporte. Capacidade até 540 mL. 66 x 216 mm	impressão a 1 cor 360º	€	3000	€	
Memória USB de 16 GB de capacidade, com mecanismo giratório, com clip metálico	impressão a 1 cor 1 face	€	1000	€	
Valor Total do Lote 3		€			
(valor total do Lote 3 por extenso)					

Aos preços acima indicados, acresce IVA à taxa legal em vigor de __%.

Lote 4– Fornecimento de brindes para a Escola Ciência Viva

Designação	Impressão	Preço Unitário sem IVA	Quantidade	Total P.U. x Quantidade	Prazo de entrega em dias de calendário
Crachás americanos com clip plástico de 5,8cm, Personalização a cores. Cor: Azul-Claro	1 posição a uma cor.	€	2500	€	
Caderno tipo bloco c/Capa + 16 Páginas, agrafadas a 2 pontos de arame. Formato (pág.LxA) 148x210mm. Impressão 4/4 cores (seleção). Papel, CAPA em IOR Branco 300Grs., MIOLO em IOR Branco 170Grs.	Full color 2 faces	€	1500	€	
Caderno tipo bloco c/Capa + 12 Páginas, agrafadas a 2 pontos de arame. Formato (pág.LxA) 148x210mm. Impressão 4/4 cores (seleção). Papel, CAPA em IOR Branco 300Grs., MIOLO em IOR Branco 170Grs.	Full color 2 faces	€	850	€	
MOCHILAS POLIÉSTER 600D PARTE TRASEIRA E ASAS ACOLCHOADAS Detalhes técnicos : 28 x 38 x 12 cm 250 gr. Cor: Azul-Claro	1 posição a uma cor.	€	1500	€	
Estojo em 600D com um design cilíndrico. O fecho de correr condiz com as pegas de abertura fácil. Disponível numa variada gama de cores. Ideal para o transporte de lápis. Medida: 210 x 85 x 65 mm. Cor: Azul-Claro	1 posição a uma cor.	€	850	€	
Valor Total do Lote 4		€			
(valor total do Lote 4 por extenso)					

Aos preços acima indicados, acresce IVA à taxa legal em vigor de __%.

Lote 5– Fornecimento de brindes para o programa Circuitos Ciência Viva

Designação	Impressão	Preço Unitário sem IVA	Quantidade	Total P.U. x Quantidade	Prazo de entrega em dias de calendário
Crachás metálicos de 40mm, em conjuntos de 250 imagens iguais. A Ciência viva entregará 21 artes finais para serem impressas nos crachás.	1 cor x 1 posição	€	5250	€	
Garrafa de alumínio de 550ml de capacidade. Fabricada em resistente alumínio, livre de BPA, cor vermelha; embalada em caixa.	1 cor x 1 posição	€	100	€	
Valor Total do Lote 5		€			
(valor total do Lote 5 por extenso)					

Aos preços acima indicados, acresce IVA à taxa legal em vigor de __%.

Lote 6 – Fornecimento de brindes para a Loja do Pavilhão do Conhecimento

Designação	Impressão	Preço Unitário sem IVA	Quantidade	Total P.U. x Quantidade	Prazo de entrega em dias de calendário
Lápis infinito	1 cor x 1 posição	€	3500	€	
Saco pano 170grs com impressão	1 cor x 1 posição	€	1000	€	
Boné brushed azul escuro	1 cor x 1 posição	€	500	€	
Lanyard Simples C/ mosquete azul Cyan	1 cor	€	500	€	
Garrafas de metal de 500ml	1cor	€	500	€	
Valor Total do Lote 6		€			
(valor total do Lote 6 por extenso)					

Aos preços acima indicados, acresce IVA à taxa legal em vigor de __%.

[Nota 1: O concorrente poderá apresentar proposta para um, parte ou todos os lotes objecto do procedimento.

No entanto, deverá apresentar proposta para todos os itens que compõem cada lote a que apresente proposta, sob pena de exclusão.]

[Nota 2: Para todos os lotes, deverão ser tidos em conta os prazos máximos de entrega previstos na Cláusula 6ª do Caderno de Encargos.]

- Indicação do Gestor de Contrato, o qual desempenhará, para todos os fins associados à execução do contrato, o papel de interlocutor com o Contraente Público:
-

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(Local e data)

(Assinatura do representante legal)

Anexo III

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - (nome, n.º de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, n.º de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2): não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ... (data), [assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.